



A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NA 7ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE PONTA GROSSA-PARANÁ: CONTRIBUIÇÕES DE UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL

Gabriela de Lima Manique Barreto¹

Nisiane Madalozzo²

Edson Belo Clemente de Souza³

RESUMO

Neste trabalho, é estudada a participação das mulheres negras na 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa, localizada na região centro-leste do Estado do Paraná. O objetivo é analisá-la à luz da lógica de produção e consumo do espaço urbano, compreendida como um mecanismo de perpetuação das desigualdades estruturais inscritas em uma matriz patriarcal-colonial segregadora. Adota-se a perspectiva interseccional como referencial teórico-metodológico, a fim de compreender os impactos dessa participação no evento, bem como seu potencial de mobilização enquanto coletivo social. Utiliza-se uma abordagem metodológica mista para o desenvolvimento das análises apresentadas, articulando conceitos teóricos ao tratamento dos dados quantitativos do evento. A investigação busca identificar como as múltiplas opressões – de gênero, raça e classe social – que atravessam a vida das mulheres negras influenciam tanto sua presença quanto sua atuação em espaços de deliberação política sobre a cidade. Nesse sentido, considera-se que a Conferência constitui um campo estratégico de disputa por reivindicações sociais e de voz, especialmente no que tange ao direito à moradia digna. Visa-se contribuir para uma reflexão crítica sobre a relação entre as desigualdades interseccionais e a produção desigual da moradia no município, evidenciando como os espaços de participação podem ou não promover transformações estruturais e ampliar a incidência das mulheres negras na construção de políticas públicas urbanas.

Palavras-chave: Desigualdade social, Política urbana, Participação.

ABSTRACT

This paper examines the participation of black women in the 7th Municipal City Conference of Ponta Grossa, a medium city located in the central-eastern region of the state of Paraná, Brazil. The main goal is to analyze this participation through the lens of the production and consumption of urban space, understood as a mechanism that perpetuates structural inequalities embedded within a patriarchal-colonial and segregationist matrix. An intersectional perspective is adopted as the theoretical and methodological framework in order to understand both the impacts of this participation in the event and its potential for mobilization as a social collective. A mixed-methods approach is employed to carry out the analyses presented, combining theoretical concepts with the treatment of quantitative data from the event. The investigation seeks to identify how multiple forms of oppression-based on gender, race, and social class – that shape the lives of Black women influence both their presence and their engagement in political deliberation spaces concerning the city. In this regard, the Conference is understood as a strategic arena for contestation and the articulation of social demands and voices, particularly in relation

¹Arquiteta urbanista e mestrandia em Gestão de Território pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. É membro do Grupo de Estudos Urbanos e Regionais – GEUR. E-mail: gabrielabarreto.mspgeo@gmail.com;

²Arquiteta urbanista, Mestre em Gestão do Território e Doutora em Geografia. Docente e pesquisadora do Departamento de Engenharia Civil da UEPG. É vice-líder do GEUR. E-mail: nmadalozzo@uepg.br;

³Geógrafo, Mestre e Doutor em Geografia. Docente e pesquisador do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UEPG. É líder do GEUR. E-mail: ebelosouza@uepg.br.



to the right to adequate housing. This discussion contributes to critical reflection on the relationship between intersectional inequalities and the unequal production of housing in the municipality, highlighting the extent to which participatory spaces may—or may not—foster structural transformations and enhance the influence of Black women in the development of urban public policies.

Keywords: Social Inequality, Urban Policy, Civic Participation.

INTRODUÇÃO

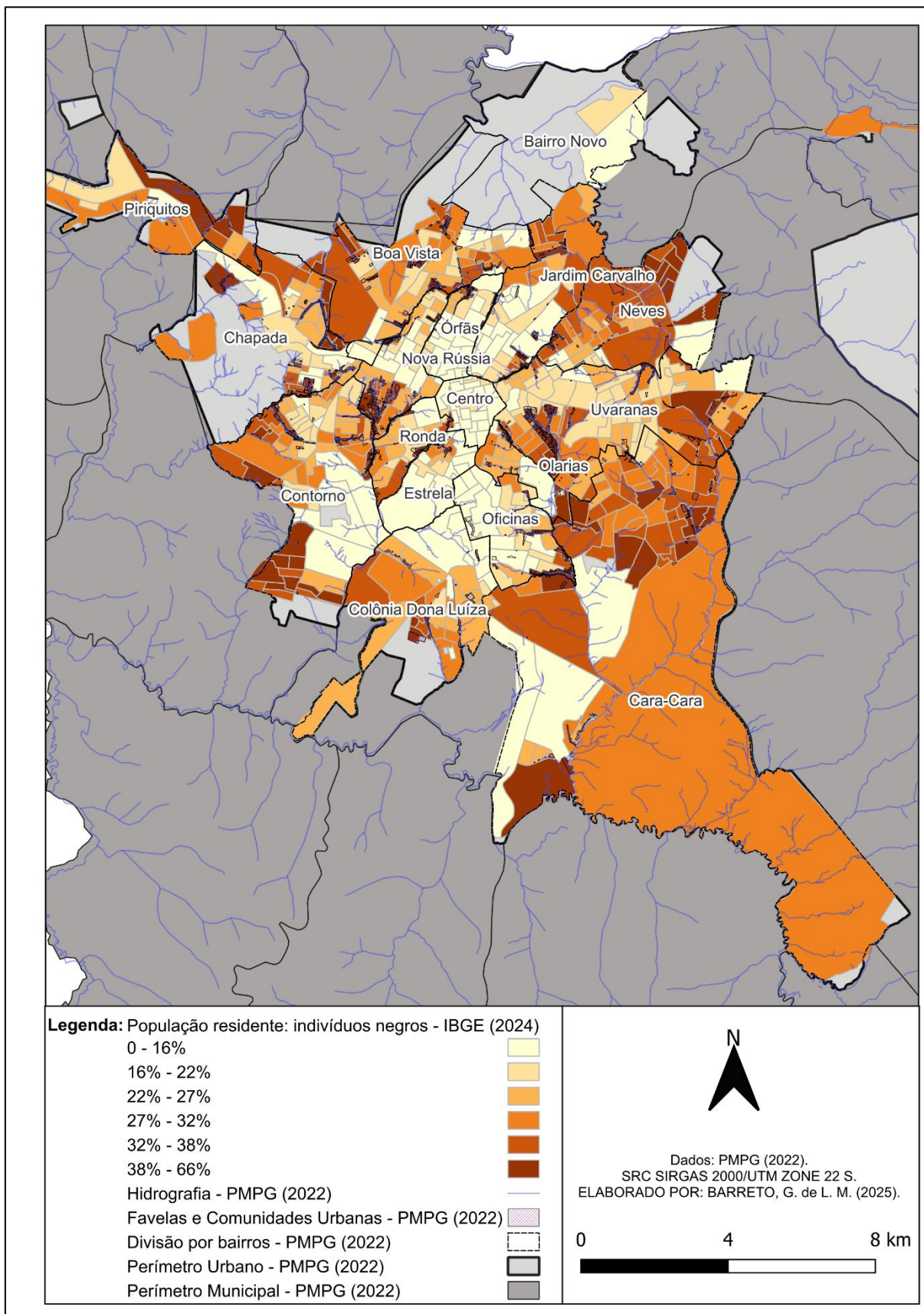
A organização do espaço urbano em Ponta Grossa, município localizado no centro-leste do Paraná e com cerca de 358.371 habitantes (IBGE, 2024a), reflete desigualdades marcadas pela interação entre características naturais e processos sociais. O relevo acidentado, resultado da confluência de fundos de vale associados a uma rica rede hidrográfica urbana, contrasta com os interflúvios amplamente urbanizados. A combinação dessas condicionantes naturais e das ações antrópicas — exploradas historicamente pela intensa especulação fundiária e imobiliária — produziu, segundo Madalozzo (2022), uma distribuição desigual das camadas sociais no espaço urbano.

O espaço urbano, enquanto condicionado a mercadoria, é produzido e consumido por processos que geram segregação socioespacial, configurando um dos aspectos centrais da atual crise de acesso à terra. Essa crise incide de forma mais intensa sobre mulheres pobres e negras, marcadas pela baixa escolaridade, pela inserção em postos de trabalho informais e precários, por jornadas duplas e por baixos salários. Além disso, elas enfrentam a ameaça constante do desemprego e a condição de residirem em favelas e comunidades urbanas e nas periferias, suscetíveis a diversas formas de violências.

Nesse contexto, as mulheres negras desempenham um papel central nos movimentos populares de luta pela moradia, ocupando cargos de organização e tendo maioria na participação em eventos e mobilizações sociais. Ainda assim, persistem desigualdades de gênero, raça e classe social que reduzem sua incidência sobre a formulação de políticas públicas e dificultam sua ascensão aos cargos mais elevados de liderança.



Figura 1: Localização dos indivíduos negros no município Ponta Grossa - PR.



Fonte: (IBGE, 2024a), organizado pela autora (2025).



As Conferências Municipais das Cidades são espaços de diálogo participativo, onde essas tensões são evidenciadas e podem ser analisadas. Oriundas da Lei Federal nº 10.257/2001 — o Estatuto da Cidade, cujo principal objetivo é a regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que versam sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e a função social da cidade, esses espaços de interlocução entre setores sociais e governamentais visam atingir a democratização da gestão das cidades, buscando “[...] a formulação de propostas, avaliação da execução da política, e eleição dos conselheiros” (Brasil, 2025). As deliberações mais significativas aprovadas nos municípios que realizaram suas conferências são levadas para as etapas seguintes, de onde emergem as pautas debatidas na Conferência Nacional das Cidades, pautando mudanças significativas na política urbana brasileira.

A partir dos argumentos apresentados, define-se como objeto de estudo a participação das mulheres negras na 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa, com o objetivo de analisá-la considerando a lógica de produção e consumo do espaço urbano, entendida como mecanismo de perpetuação das desigualdades estruturais inscritas em uma matriz patriarcal-colonial segregadora. Adota-se a perspectiva interseccional (Gonzalez, 2020; Ratts, 2014; Carneiro, 2011) para compreender o impacto dessa participação na formulação de políticas habitacionais e seu grau de mobilização enquanto coletivo. Utiliza-se abordagem metodológica mista, combinando análise teórica e quantitativa, por meio da sistematização de dados do evento. Espera-se que a discussão, que é parte integrante da dissertação em andamento da autora⁴, contribua para uma reflexão crítica sobre a relação entre as desigualdades interseccionais e a produção desigual da moradia no município.

METODOLOGIA

Para análise das relações interseccionais estabelecidas na Conferência, realizou-se a tabulação dos dados e elaboração de análises estatísticas. A autora obteve dados relativos à autodeclaração de gênero, cor ou raça, renda e participação em segmentos representativos de entidades junto ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa (IPLAN, 2024a), órgão responsável pela organização do evento e pela sistematização dos dados no

⁴ A dissertação em desenvolvimento integra o programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando a obtenção do título de Mestre em Gestão do Território e tendo o Título: *Mulheres negras em luta pelo Habitar em Ponta Grossa – Paraná: interseccionalidade e segregação socioespacial nas relações de produção e (não) consumo do espaço urbano*.



momento da inscrição dos participantes. Com base nesse material, foram realizados cruzamentos de variáveis que permitiram uma análise crítica e fundamentada nas categorias teóricas que orientam esta pesquisa.

BASE TEÓRICO-CONCEITUAL

Para realizar a análise aqui proposta, é necessário conceituar algumas categorias de análise dos marcadores sociais da diferença abordados, pois as definições desses marcadores — de gênero e raça, especificamente — são construídas socialmente e, portanto, suas possíveis abordagens não são evidentes. Diversos autores (Gonzalez, 2020, p. 55; Ratts, 2014, p. 336; Carneiro, 2011) afirmam de que tais classificações denotam uma construção social baseada na discriminação racial. Diretamente relacionadas com a estrutura das classes sociais, as lógicas de raças e de divisão por sexos refletem o racismo e o sexismo para permitir uma subordinação de certos grupos a piores condições de existência.

Partindo de uma definição institucional para o termo, considera-se o sistema de marcadores raciais adotado pelo IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018, p. 17), que passou por diversas modificações históricas desde seu início em 1872. O Instituto só passou a ter uma frequência de investigação dos aspectos relativos à cor ou raça dos cidadãos a partir de 1980 e os aspectos relativos aos povos indígenas só foram oficialmente incluídos aos levantamentos a partir de 1991.

Ressalta-se que o marcador da negritude nunca foi adotado pelo Instituto como uma categoria primária de coleta de dados. Optou-se pela segregação entre pretos e pardos, revelando uma distinção entre sujeitos a partir das relações de *marca*⁵ (Ratts, 2014), visto que o marcador social do pardo remete a uma miscigenação de origem preta ou indígena com qualquer outra cor ou raça distinta (IBGE, 2018, p. 17). A identidade negra enquanto o somatório da população de pretos e pardos é amplamente utilizada na autoidentificação racial pelo movimento negro, e passou a ser adotada em definições de políticas públicas e análises de dados, devido a relação de semelhança de opressões cujas duas categorias são expostas visto as suas características fenotípicas, sejam elas de maior ou menor grau.

⁵ Para Ratts (2014, p. 336) existe uma maior atribuição de racialização a partir da leitura de aparência física de uma pessoa do que de sua descendência, o que o autor define como uma relação de *marca x origem*. Para além de um *continuum* de diferentes tonalidades de pele, elementos corpóreos hierarquizam os sujeitos, dada a intensa miscigenação racial existente no país.



Carneiro (2011, p. 66) ressalta que as diferenciações de raças entre o povo negro atuam pela “fragmentação da identidade negra e impedindo que esta se transforme em um elemento aglutinador no campo político para reivindicações coletivas por equidade racial”. Para a proposta desta pesquisa a adoção desse marcador é relevante não somente como uma posição de validação da identidade negra ponta-grossense, mas também pela compreensão de que as leituras de pretas e pardas sobre a produção socioespacial desigual são semelhantes em um município altamente embranquecido.

Esse fator será também relevante para o apagamento da historicidade negra em Ponta Grossa, conforme observado por Santos (2022, p. 60). Para a autora, existe um recorrente discurso de uma fictícia inexistência da comunidade negra, que reflete uma negação histórica da escravidão que, conforme afirma a autora, “foi suficientemente relevante para a construção política e econômica do Estado em si”. As próprias ações do Estado, enquanto agente produtor do espaço urbano, que por meio de remanejamentos estratégicos e investimentos em infraestrutura para consolidação de grandes loteamentos periféricos, corrobora para tal invisibilidade ser perpetuada até os dias atuais.

Longe de criar os chamados “guetos negros”, essas estratégias espaciais focaram no objetivo contrário: a manutenção do poder e da dominação do mercado financeiro o que, corroborado pelo Estado por meio da valorização de áreas das mais altas classes sociais por meio de altos investimentos de infraestrutura, culminou num arranjo território-racial que Brito; Mendonça e Rolnik (2023) definem como territórios de exclusividade branca:

Chamamos de territórios de exclusividade branca os bairros marcados por uma predominância acentuada de formas de moradia produzidas para a branquitude, especialmente em suas parcelas de classe média e alta, e onde a presença negra só é tolerada através de sua dominação por relações de trabalho. Não se trata de um conjunto de territórios homogêneos – pelo contrário. São áreas com grande diversidade tipológica, horizontal e vertical, e com diferentes tipos de conflitos, articulações sociais, espectros políticos e outros marcadores de sociabilidade. Mas, em comum, são caracterizados por uma onipresença branca e pela ausência de locais de articulação política e social da população negra capazes de imprimir uma urbanidade. Ou seja, são espaços cuja constituição pressupõe incompatibilidade com uma territorialidade negra – por isso são exclusivos da branquitude (Brito; Mendonça; Rolnik, 2023, p. 39)

Os autores argumentam que, baseados em um discurso neoliberalista, essas territorialidades brancas se opõem política e institucionalmente contra a presença negra, em uma visão de desvalorização do meio urbano. Aliado aos altos investimentos nas áreas exclusivas brancas, entram em ação processos de expulsão de comunidades negras em territórios de potencial valorização, incentivados pela própria legislação e intensificados por



investimentos públicos de infraestrutura, tornando insustentável para a população negra permanecer nas grandes centralidades urbanas.

Nessa sociedade de classes, com uma divisão racial, mas também sexual do trabalho, “não é difícil concluir sobre o processo de tríple discriminação da mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como seu lugar na força de trabalho” (Gonzalez, 2020, p. 56).

Visto a hipótese apresentada nesta pesquisa de que a produção habitacional desigual está intrinsecamente relacionada às opressões estruturais de gênero, raça e classe, é necessário aprofundar o conceito de interseccionalidade e suas contribuições para a compreensão da produção do espaço urbano. Essa hipótese se justifica por meio da compreensão de que a dinâmica capitalista que opera sobre a organização das cidades atua segundo uma lógica excludente, que naturaliza desigualdades e aprofunda vulnerabilidades socioespaciais (Carlos, 2020).

O pensamento interseccional não possui uma origem definida.

Diversos autores, como a socióloga Patricia Hill Collins, consideram que a intelectual feminista Kimberlé Crenshaw constituiu caráter formal ao termo em 1991, por meio do seu artigo *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*, publicado pela *Stanford Law Review* (Crenshaw, 1991, apud Collins, 2017). As bases do conceito, entretanto, já estavam presentes no movimento feminista negro norte-americano e também nos movimentos afro-latinos-caribenhos.

Para Collins, interseccionalidade trata essencialmente das relações de poder. Define-se por uma “abordagem que afirma que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade⁶ são características mutuamente construtivas de organização social que moldam as experiências das mulheres negras e, por sua vez, são formadas por elas” (Collins, 2019, p. 521). Por ter nascido no cerne do movimento negro, o conceito está diretamente carregado um compromisso direto com a prática e a uma política emancipatória que vise a liberdade e a justiça social para a população vulnerável.

Akotirene (2019, p. 15) compreende o viés da interseccionalidade como esse “sistema de opressão interligado”, que se constrói com base em aspectos identitários marcados por entrelaçamentos e entrecruzamentos perceptivos quando observados, principalmente na ótica da racialização, sexualidade, gênero e classe social, não havendo a possibilidade que

⁶ Existem outras categorias de divisões sociais que podem ser listadas e que não constam nessa definição cunhada por Collins em 2019. A mesma autora em outra obra (Collins, 2017) cita “habilidade e religião” como outras categorias de análise. Interseccionalidade é um termo “guarda-chuva” que, para além dos binômios e das categorias de análise, busca essencialmente compreender as relações dinâmicas entre as categorias e como as relações de poder se manifestam a partir dessas relações.



hierarquizar as opressões. Compreender a sociedade desigual brasileira é compreender a cisão de dinâmicas dessas relações justapostas, visando um novo modelo de sociedade que supere essas opressões estabelecidas desde as origens do Brasil colonial.

Já Berth (2023) afirma que as raízes dessa dinâmica de exclusão se originam da questão racial, visto que “o lugar social da negritude está bem marcado nas áreas favelizadas e nas periferias em geral” (2023, p.56). A divisão do espaço urbano se dá também pelo gênero e pela classe, de forma inter-relacionada e interdepende. Eis a interseccionalidade na produção do espaço urbano. Davis (2016), em seu livro “Mulheres, Raça e Classe”, traduz a essência desse conceito:

É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (Davis, 2016, p.12).

Sendo a questão da moradia uma questão central de análise das opressões estruturais do país, Berth (2023) reestrutura essa análise e propõe uma releitura prática do conceito apresentado pela filósofa:

Se a raça é a maneira que vivemos a classe e isso é comprovado pela maior quantidade de pessoas negras na categoria de baixa renda, e gênero é a maneira como vivemos a raça, já que as mulheres são as que tem menos acesso à posse da terra e, por consequência – sobretudo mulheres negras -, são as que estão em maior número no âmbito da segurança habitacional, não faz sentido analisar a questão da moradia excluindo sua função oculta que é caracterizar a triangulação entre raça, classe e gênero (Berth, 2023, p.12).

Nesse sentido, a perspectiva de Berth também dialoga com a abordagem geográfica de Ratts (2014, p. 334) que afirma a racialização interseccional do espaço na sociedade Brasileira. Para o autor, a imagem da mulher negra é frequentemente representada por estereótipos como a mulata, a empregada doméstica e a babá, variações contemporâneas das figuras históricas das escravizadas, mucamas, criadas e mães-pretas. São figuras que estabelecem um contraponto entre vulnerabilização herdada da diáspora africana e a representação de uma resistência necessária diante das condições que se impõem a essas mulheres.

Diante do exposto, a *mulher negra anônima*, conceito cunhado por Gonzalez (2020), se encontra no pior cenário de exploração e discriminação, pobreza e invisibilização social, mas também é exemplo e resistência por sua existência e por sua luta pela sobrevivência e acesso a



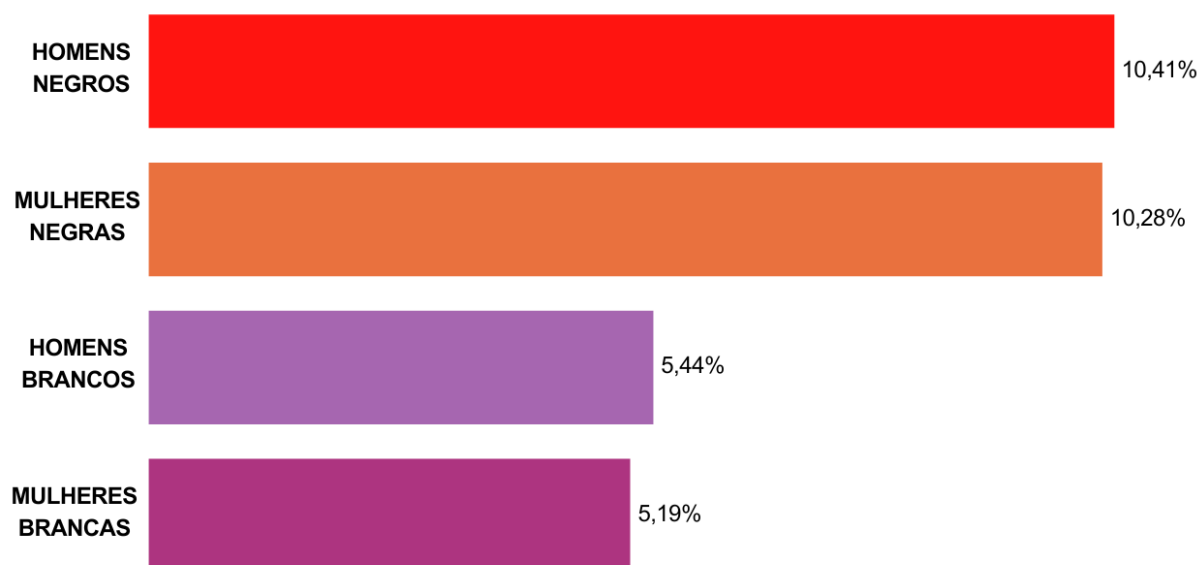
melhores condições de vida para si para os seus. Constitui-se, portanto, na *mulher negra* anônima em luta, o objeto de análise deste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Censo atual (IBGE, 2024a) expressa que 257.676 habitantes de Ponta Grossa (71,90%) se consideravam brancos a partir da amostragem global de 358.371 habitantes. A segunda maior população seria de pardos, 85.748 habitantes (23,93%), seguida das pessoas pretas, 13.382 habitantes (3,73%). Os menores índices populacionais seriam os amarelos, com 1.254 habitantes (0,35%) e dos povos indígenas ou originários, de 298 habitantes (0,08%).

Desses quase 360 mil habitantes, 23.931 pessoas são moradores das denominadas Favelas e Comunidades Urbanas (FCs) conforme o último Censo (IBGE, 2024b), dado que corresponde a cerca de 7% da população ponta-grossense. De acordo com o IBGE, Ponta Grossa é a quarta maior população residente em FCs do Paraná, onde os dados são reveladores: mesmo sendo somente 30% da população residente, a população negra é predominante nessa forma de ocupação urbana. A diferença entre os sexos é pouco expressiva, em ambos os grupos racializados:

Figura 2: População residente em Favelas e Comunidades urbanas, por cor ou raça e sexo, conforme a proporcionalidade de gênero e raça da população residente em Ponta Grossa.



Fonte: IBGE (2024b), organizado pela autora (2025).



A pauta da moradia é uma das mais valorizadas nas Conferências da Cidade, estando presente desde o primeiro registro estadual do evento (Paraná, 2005). Cabe destacar que o texto reconhece existem desigualdades e diversidades específicas em cada região do Estado, mas em nenhum momento do texto especifica qualquer elemento de racialização ou de gênero que possa ser um marcador social das desigualdades que se deseja abordar:

Das propostas aprovadas:

[...]

II - Estabelecer políticas articuladas de serviços urbanos a partir de Fóruns de Municípios, de modo a garantir investimentos em políticas públicas nas áreas de:

[...]

c) **moradia, com criação de política habitacional, considerando as desigualdades e diversidades regionais**, implementando programas de habitação de interesse social, apoiado pela criação de secretarias municipais de habitação; regularização fundiária de áreas ocupadas, propiciando o reassentamento dos moradores de áreas de risco a locais com infra-estrutura, habitação adequada e inclusão na rede de proteção social do município, e minimizando assentamentos inadequados, através da liberação de loteamentos realizados por incorporadores que forneçam infra-estrutura urbana adequada; criação do cadastro único municipal para moradores de assentamentos subnormais e irregulares (Paraná, 2005, grifo nosso).

No âmbito municipal, a participação de Ponta Grossa na 6ª Conferência Estadual da Cidade foi pouco expressiva, com apenas uma proposta aprovada na área de mobilidade urbana (Paraná, 2017). Embora não haja dados públicos sobre as conferências municipais anteriores, em 2017 a delegação eleita contou com 42 delegados, um número expressivo em comparação a outras municipalidades.

Já sobre a 7ª Conferência (IPLAN, 2024c), os dados públicos permitem a análise interseccional do evento. Dos 167 cadastrados, 81 se autodeclararam como do sexo feminino conforme a relação de dados coletados no momento da inscrição do participante (IPLAN, 2024a), sendo a maioria em participação absoluta no extrato de gênero (48,5%). Essa participação também foi expressiva no eixo habitacional, que contou com um total de 86 participantes, sendo 42 delas mulheres (ou 48,8%). Essa predominância feminina pode indicar maior interesse ou necessidade das mulheres em participar de discussões sobre habitação, possivelmente refletindo sua posição social na gestão da moradia e na luta por direitos habitacionais.

Sobre a racialização dos participantes, é possível identificar pelos dados uma forte predominância de pessoas brancas no evento (101 pessoas autodeclaradas), indicando uma sub-representação da população negra e indígena nas discussões sobre a cidade (36 e uma pessoa autodeclarada, respectivamente), considerando especialmente os dados demográficos de Ponta Grossa (IBGE, 2024a). Esse aspecto precisa ser destacado em espaços de discussão sobre



estratégias de planejamento urbano, pois, conforme destaca Brito, Mendonça e Rolnik (2023, p. 44) “o planejamento naturaliza a geografia do racismo” para exercer dominação, criar e perpetuar territórios de exclusividade branca.

Destaca-se ainda que há um número expressivo de pessoas que preferiram não informar sua cor ou raça (cerca de 16%), o que pode ter relação com uma falta de compreensão da própria identidade e ancestralidade ou receio de utilização inapropriada da informação.

A análise interseccional permite identificar desigualdades estruturais na composição da 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa, inclusive dentro do eixo temático da habitação. As mulheres brancas lideraram em números absolutos a participação geral (57 participantes, ou 34% do total), e no eixo habitacional (30 participantes, ou 16% da participação no eixo habitacional), indicando um alto interesse pelo debate urbano em geral e, especificamente, pela pauta habitacional.

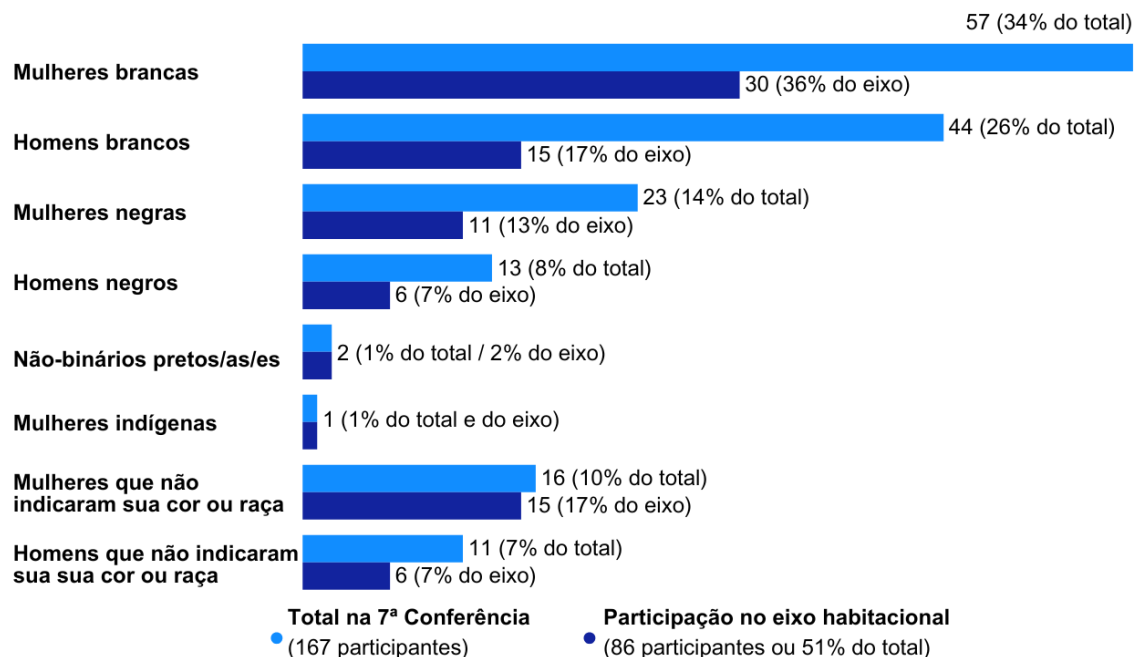
Homens brancos, segundo grupo mais representado na conferência (26% do total), tiveram a maior redução de participação quanto ao eixo habitacional, se limitando a 17% do total do grupo (ou 15 participantes, dos 44 totais). Esse deslocamento pode sinalizar que o eixo da habitação é menos priorizado por esse grupo social, que possui maior acesso a direitos urbanos consolidados.

Já as mulheres negras, apesar de representarem apenas 14% do total de participantes, demonstram um comprometimento com o debate habitacional, com 11 das 23 participantes atuando nesse eixo (representando 13% do total do eixo). Essa sobreposição entre gênero e raça evidencia o engajamento ativo das mulheres negras nas disputas por políticas habitacionais, reforçando sua posição enquanto sujeitos políticos da luta por moradia digna.

Homens negros, por sua vez, foram apenas 8% do total da conferência, mas mantiveram uma porcentagem de participação semelhante no eixo habitacional (seis participantes, ou 7% do eixo). Isso pode indicar uma menor inserção ou mobilização deste grupo específico dentro do recorte habitacional, exigindo uma análise mais qualitativa das barreiras de participação enfrentadas.

A presença de pessoas não-binárias negras e de mulheres indígenas foi reduzida — com apenas dois e um participante respectivamente — reforçando a sub-representação de identidades racializadas e com diversidades de identidades de gênero nos espaços institucionais de formulação de políticas públicas.

Figura 3: Representatividade na 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa, por gênero e cor ou raça.



Fonte: IPLAN (2024d), elaborado pela autora (2025).

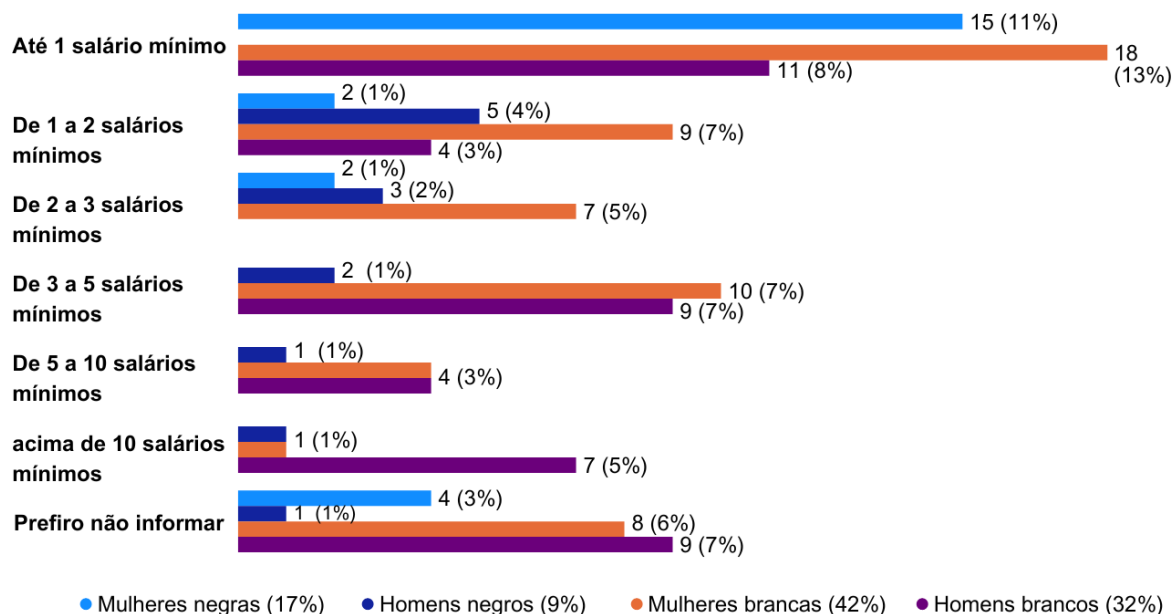
Com relação à representatividade interseccional, destaca-se que as mulheres brancas tiveram a maior participação tanto no evento geral (34%) quanto no eixo habitacional (36%), seguida dos homens brancos (26% no geral e 17% no eixo habitacional). A negritude teve os piores índices de representação, tanto pelas mulheres negras, com cerca 14% de representação quanto pelos homens negros, com apenas 8%.

Os participantes que ocupavam predominantemente a faixa de renda de até um salário mínimo, estavam presentes de forma mais concentrada nas discussões do eixo habitacional (44 pessoas ou 26,35% no geral, 24 participantes ou 27,91% no eixo habitacional), reforçando que as populações mais vulneráveis estão ativamente engajadas nas discussões relativas ao direito à moradia. A presença rendas acima de cinco salários mínimos foi menos representada (18 pessoas ou 10,78% no geral, 5 pessoas ou 5,81 % no eixo habitacional).

As desigualdades econômicas ficam mais evidenciadas quando se considera que, dos 24 participantes do eixo habitacional que ganhavam até um salário mínimo, 79,16% delas (19 participantes) eram mulheres, e que as duas pessoas que se declararam com renda maior que 10 salários mínimos eram homens brancos. As figuras 4 e 5 abaixo ilustram os dados analisados.

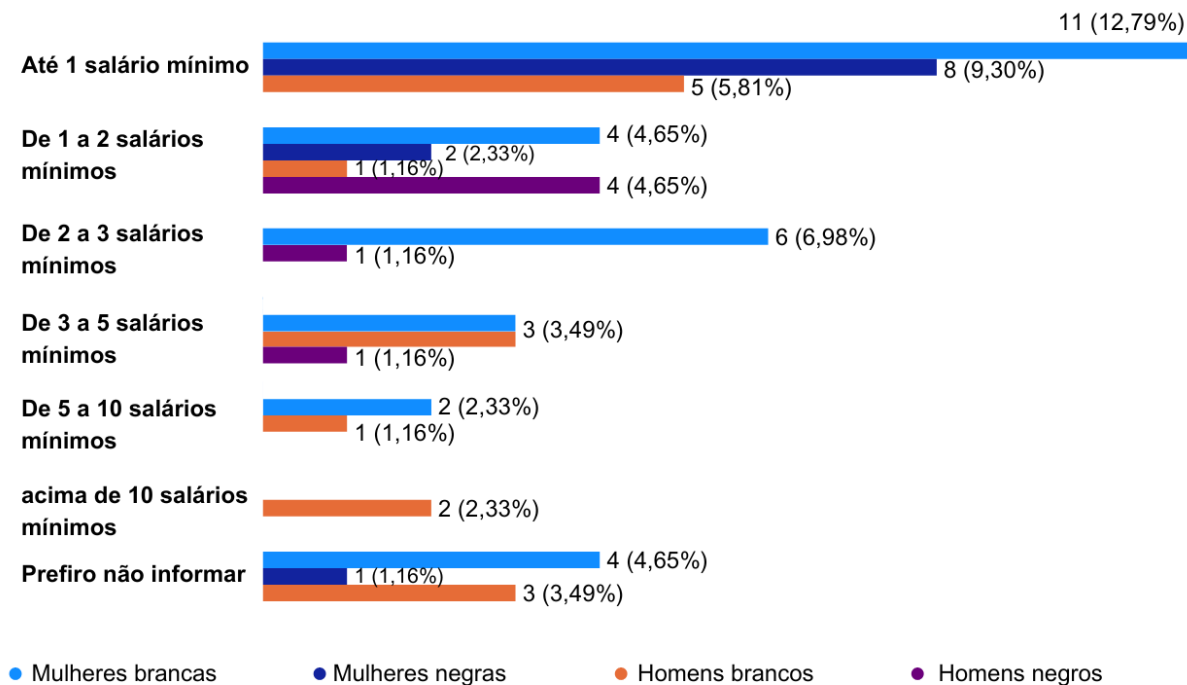


Figura 4: Faixa de renda dos participantes da 7ª Conferência Municipal, por gênero e cor ou raça.



Fonte: IPLAN (2024d), elaborado pela autora (2025).

Figura 5: Participação por gênero e raça e faixas de renda no eixo habitacional da 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa.

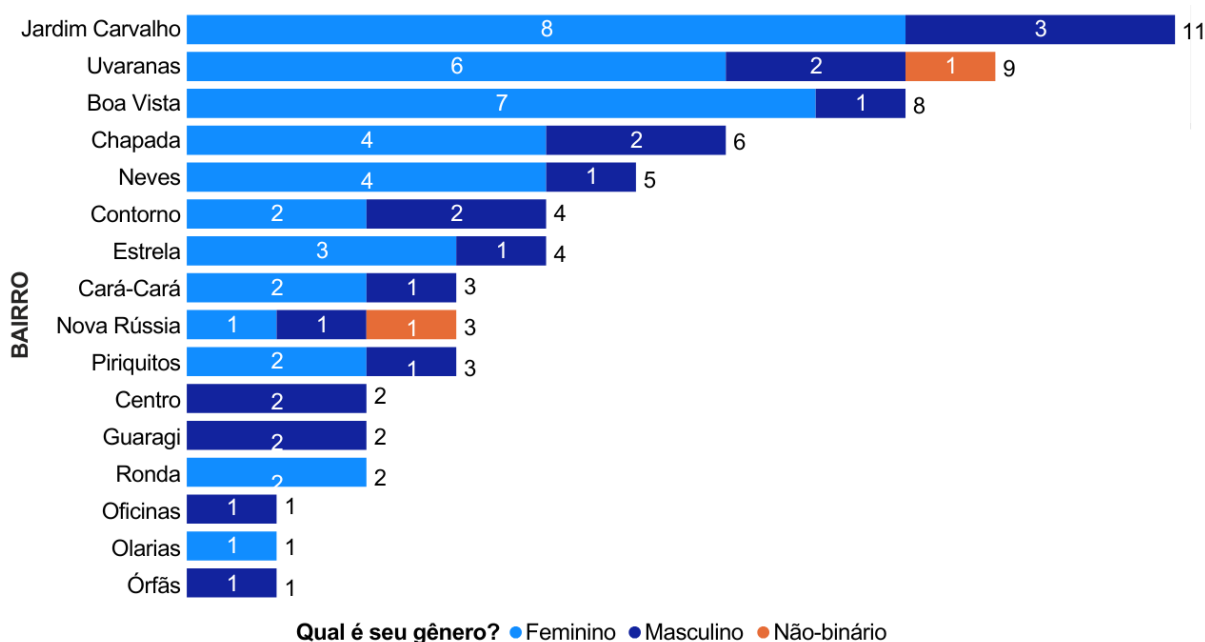


Fonte: IPLAN (2024d), organizado pela autora (2025).



Houve também a participação concentrada de moradores em bairros periféricos no eixo habitacional, sendo da região de Uvaranas (nove participantes), Boa Vista (oito), Chapada (seis) e do bairro Neves (cinco), tendo como principais localidades citadas os loteamentos Santa Mônica, Coronel Cláudio e Parque Nossa Senhora das Graças, que são locais onde as comunidades são deficitárias em infraestrutura urbana e serviços.

Figura 6: Gráfico dos locais de moradia dos participantes dos participantes do eixo habitacional da 7ª Conferência Municipal, segmentados por gênero.



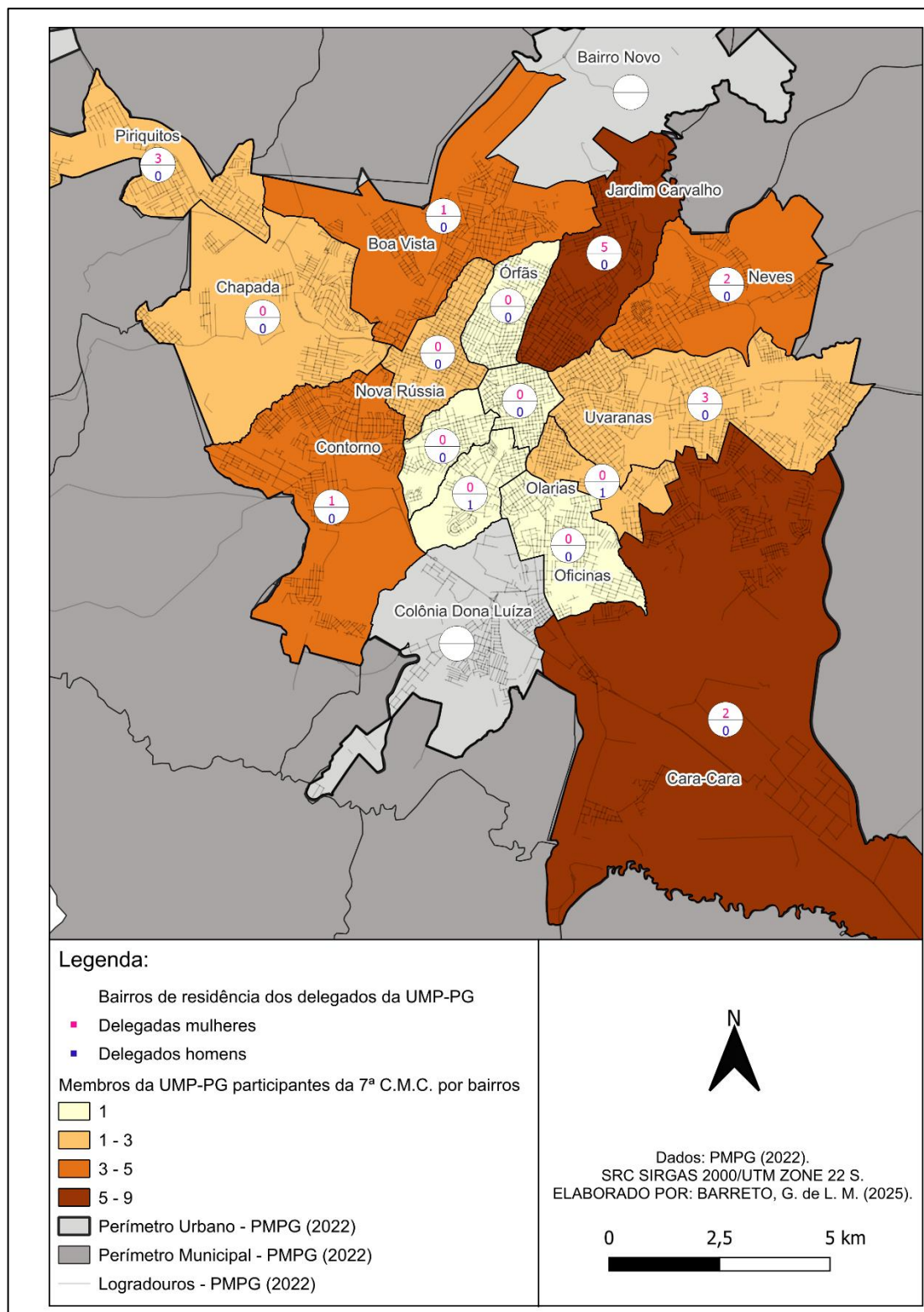
Fonte: IPLAN (2024d), organizado pela autora (2025).

Isso pode se dar ao fato da ampla participação dos movimentos populares organizados no evento, tendo 30 representações no total, uma marca histórica para Ponta Grossa. Dentre eles, destaca-se a participação da União por Moradia Popular (UMP-PG), que possuía 19 representantes (63,33%), e teve a eleição de 20 delegados eleitos para a etapa Estadual, 17 delas sendo mulheres (IPLAN, 2024b).

Em primeiro plano, nota-se que os bairros com maior número de participantes da UMP-PG na Conferência foram Jardim Carvalho (nove participantes) e Cara-Cará (seis), seguidos dos bairros Contorno (cinco), Boa Vista (cinco) e Neves (quatro). Contudo, ao observar as indicações das representações eleitas, surgem elementos importantes para a análise crítica da representatividade.



Figura 7: Participação da UMP-PG na 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa.



Fonte: UMP-PG (2025), organizado pela autora (2025).



No bairro periférico Cara-Cará, com alto número de participantes e conhecido por sua histórica vulnerabilidade, foram eleitas duas delegadas mulheres, o que pode sinalizar uma potência organizativa local e/ou uma abertura política para sua representatividade. Outra comunidade que chama atenção é composta pelos representantes do bairro de Piriquitos, que mesmo contando com apenas três participantes na Conferência Municipal, conseguiu eleger uma mulher delegada, o que pode indicar uma estratégia de visibilidade territorial bem-sucedida.

Por outro lado, as comunidades dos bairros Centro, Nova Rússia, Oficinas, Ronda e Órfãos não elegeram nenhuma representação, mesmo integrando a base territorial do coletivo. Esse dado é mais revelador ao relacionar essas áreas a comunidade do Jardim Carvalho, que elegeu sozinha 5 delegadas para a representação estadual, revelando uma desproporcionalidade territorial interna ao coletivo no processo de eleição. Considerando que todas as localidades possuem áreas de Favelas e Comunidades Urbanas que buscam o direito à moradia e à cidade, identifica-se, por meio dessa análise, que algumas regiões podem apresentar maior força política de reivindicação social por meio dos seus representantes eleitos.

Outro dado relevante é a distribuição de gênero das representações eleitas: a maioria das comunidades elegeu representantes femininas, enquanto a representação masculina aparece apenas em dois bairros de maior desenvolvimento econômico-social (Estrela e Olarias). Isso reforça a hipótese de que, dentro da UMP-PG, as mulheres têm se destacado nos processos de representação formal, ainda que com limites espaciais e estruturais, principalmente em locais de maior vulnerabilidade social, exatamente por vivenciarem essas mesmas vulnerabilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados produzidos na 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa, é possível identificar aspectos fundamentais sobre a produção e o consumo do espaço urbano a partir da participação das mulheres negras, especialmente aquelas vinculadas aos movimentos populares de luta pela moradia. A análise desse material evidencia como a Conferência, enquanto espaço de discussão e formulação de políticas públicas urbanas, permite desvelar desigualdades estruturais que atravessam a relação entre gênero, raça, classe e acesso à moradia digna.

A autora identifica, a partir da sub-representação dos grupos racializados nesses espaços de discussão, uma demanda de mudança organizativa para realização de ventos que visem a democratização da Política Urbana de forma equitativa. Destaca-se a predominância feminina,



especialmente das mulheres negras, na gestão da moradia e na luta pelo direito à cidade, uma vez que são elas as mais afetadas pela precariedade habitacional e pela falta de infraestrutura nas periferias. Como uma forma de resistência é essa condição a mobilização dos movimentos sociais se impõe a esses sujeitos, de forma que é expressiva a participação ativa dessas mulheres nesses espaços de reivindicação social de direitos e de voz.

A baixa participação da população com maior poder aquisitivo pode permitir duas possíveis inferências: ou uma ineficácia da organização em garantir uma abrangência equitativa de diferentes faixas de renda ou uma falta de interesse desse segmento de renda elevada pela participação nesses espaços de mobilização coletiva, por tratarem de temas que expõem suas posições sociais privilegiadas.

Esses dados revelam que as desigualdades materiais refletem e reforçam os marcadores sociais como elementos de significância para o protagonismo ou a invisibilização de pautas sobre a produção socioespacial. A presença expressiva de mulheres negras no eixo habitacional da conferência, apesar das condições predominantes de vulnerabilidade econômica, reafirma seu protagonismo político nos temas relacionados ao direito à moradia, no entanto, essa presença não implica em condições equitativas de participação, dado que a vulnerabilidade econômica pode limitar o acesso a recursos para sustentar o engajamento político e social de forma contínua e autônoma.

Por fim, destaca-se o protagonismo da União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região (UMP-PG) nas ações organizadas de luta por moradia no município, elegendo um número significativo de delegadas mulheres como representantes para a delegação estadual. No entanto, a escuta limitada e a exclusão institucional de suas pautas em espaços como a Conferência evidenciam a necessidade de aprofundar a análise sobre quem são os sujeitos que constroem esse movimento e de que territórios elas partem. Analisar a espacialização das mulheres negras que compõem o coletivo a partir de uma perspectiva interseccional permite compreender em que medida a atuação da UMP-PG está enraizada em áreas marcadas por desigualdades estruturais, segregação urbana e vulnerabilidade socioespacial. A distribuição territorial dessas mulheres, quando relacionada a outros indicadores sociais, revela não apenas os efeitos materiais da produção socioespacial desigual, mas também os fundamentos a partir dos quais suas pautas emergem como formas de resistência, disputa e posicionamento político nos espaços propositivos de formulação de políticas públicas.



REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019, 150 p.

BERTH, J. **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023. 288 p.

BRASIL. Cartilha: **6ª Conferência Nacional das Cidades (Atualizada 2025)**. 2025. Disponível em: <https://www.redus.org.br/concid24/brasil/conferencia-nacional/biblioteca/4af7b304-14a4-4e8a-8a58-9abdaad10f71>. Acesso em: 20 set. 2025.

BRITO, G.; MENDONÇA, P. R.; ROLNIK, R. Territórios de exclusividade branca: segregação, negação e enfrentamento do racismo no Planejamento Urbano da cidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico | RBDU**, Belo Horizonte: Fórum, v. 9, n. 17, p. 35–59, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibdu.org.br/direitourbanistico/article/view/890>. Acesso em: 20 set. 2025.

CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direto à cidade”. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, n. 1, p. 348–369, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/48199>. Acesso em: 20 set. 2025.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. 190 p.

COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Revista Parágrafo**, v. 5, n. 9, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: 20 set. 2025.

_____. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. [recurso eletrônico] 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br/produto/pensamento-feminista-negro-152840?srsId=AfmBOopCRLxoRG1rXvm89cg2WBUy0sQHktof4BCK5N81AJZNXSzfhaY8>. Acesso em: 20 set. 2025.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 p.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Somos todos iguais? o que dizem as estatísticas. **Retratos: A revista do IBGE**, v. 11, p. 15, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/revista-retratos.html>. Acesso em: 20 set. 2025.

_____. **Agregados por setores censitários: resultados do universo**. Nota metodológica n. 06. IBGE, 2024a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=41852>. Acesso em: 20 set. 2025.



ENANPEGE

XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

_____. **Censo Demográfico 2022: favelas e comunidades urbanas.** Resultados do universo. IBGE, 2024b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=41773>. Acesso em: 20 set. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE PONTA GROSSA. 7º **Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa: Anexos.** Ponta Grossa: IPLAN, 2024a. Disponível em: <https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/7-conferencia-municipal-da-cidade-de-ponta-grossa/>. Acesso em: 20 set. 2025.

_____. **7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa: Ata.** Ponta Grossa: IPLAN, 2024b. Disponível em: <https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/7-conferencia-municipal-da-cidade-de-ponta-grossa/>. Acesso em: 20 set. 2025.

_____. **7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa: Relatório Final.** Ponta Grossa: IPLAN, 2024c. Disponível em: <https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/7-conferencia-municipal-da-cidade-de-ponta-grossa/>. Acesso em: 20 set. 2025.

_____. **Planilha de inscrições da 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa,** 2024d. Excel 2019.

MADALOZZO, N. **Rio e Ferrovia: a Produção Social do Espaço Urbano em Ponta Grossa - PR.** Fi, 2022. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/459nisiane>. Acesso em: 20 set. 2025.

PARANÁ. Conselho das Cidades do Paraná. **Conferências da Cidade.** 2005 e 2017. Disponível em: <https://www.concidades.pr.gov.br/conferenciasdacidade>. Acesso em: 20 set. 2025.

RATTS, A. Gênero, raça e espaço: uma abordagem da trajetória das mulheres negras. In: [SILVA, M. das G. S. N.; SILVA, J. M.]. **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial.** Ponta Grossa: Toda Palavra, 2014, p. 333-354.

SANTOS, M. R. **Territórios negros em Ponta Grossa/PR (1970-2010).** 2022. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2022. Disponível em: <http://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/0000a9/0000a911.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.